

Proposta de Súmula da 5.ª Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Assistência Técnica 2030 (PAT 2030)

No dia 17 de outubro de 2025, no Convento de São Francisco, em Coimbra, realizou-se a 5.ª Reunião do Comité de Acompanhamento (CA) do PAT 2030.

A sessão foi presidida por Cláudia Joaquim, Presidente do CA e da Comissão Diretiva (CD) do PAT 2030, que iniciou os trabalhos saudando os presentes e dirigindo um cumprimento particular às representantes da Comissão Europeia (CE), Caroline Callens e Ana Estrela.

Recordou que a convocatória fora enviada a 3 de outubro, em cumprimento do Regulamento Interno, e que a ata da 4.ª reunião tinha sido remetida a 18 de junho.

Verificado o quórum, referiu a Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada sem alterações.

Ponto 1 – Informações

A Presidente informou que, por razões logísticas, a Mostra dos Fundos Europeus e a Cerimónia de Entrega dos Prémios foram reagendadas para os dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2025, no mesmo local, no Convento de São Francisco, em Coimbra, reforçando o convite à participação dos membros do CA.

Informou igualmente que, após a reunião, teria lugar uma Sessão Pública dedicada à apresentação das conclusões e recomendações da Avaliação da Operacionalização do PAT 2030, sublinhando a relevância deste momento para a reflexão estratégica do Programa.

De seguida, concedeu a palavra aos representantes da Comissão Europeia.

Caroline Callens enquadrou a sua intervenção no contexto atual da Política de Coesão, marcado por um intenso processo de reprogramação dos Programas, decorrente da iniciativa de modernização que introduziu novas prioridades estratégicas, designadamente nas áreas da defesa, habitação, água e energia, acompanhadas de incentivos financeiros.

Sublinhou que estas reprogramações decorrem não apenas da introdução dessas prioridades, mas também das dificuldades sentidas na execução, sendo por isso fundamental refletir sobre a forma como os Programas estão estruturados e a sua capacidade de resposta.

Referiu o trabalho intenso desenvolvido entre a Comissão e as Autoridades Nacionais para assegurar a aprovação atempada das alterações programáticas, garantindo a continuidade da execução sem ruturas.

De seguida, Ana Estrela interveio enquanto *desk officer* do Programa, reforçando o acompanhamento técnico e próximo que a Comissão Europeia tem vindo a desenvolver com o PAT 2030, e a importância da partilha regular de informação que o Programa promove no contexto do CA.

Ponto 2 – Ponto de Situação da Implementação e Execução do PAT 2030

A Presidente passou a palavra à Vogal do PAT 2030, Conceição Moreno, que apresentou as realizações de 2025, por objetivo operacional, não apenas numa perspetiva quantitativa, mas sobretudo qualitativa, sublinhando que o ano em curso representa mais um passo na consolidação do modelo de gestão do PAT 2030 (ver PPT em anexo).

Objetivo: Divulgar as Oportunidades, Realizações e Resultados alcançados

Destacou como uma das prioridades, o reforço da comunicação do Programa, não por uma preocupação meramente formal, mas como objetivo de aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação para uma maior qualidade dos produtos de divulgação dos resultados e o aumento da notoriedade do Programa, o que impõe o robustecimento da sua estratégia de comunicação, como forma de tornar mais visível as realizações e resultados que vão sendo concretizados junto dos seus *stakeholders* e dos cidadãos em geral. Neste sentido, foi desencadeado um procedimento para contratação de serviços especializados de comunicação e design gráfico, com vista a:

- Melhoria do conceito comunicacional e da estratégia de comunicação do Programa;
- Melhoria e dinamização do website do Programa e gestão das redes sociais.

Objetivo: Aprofundar o Conhecimento sobre a Implementação do Programa

Trata-se de dimensão considerada relevante para uma boa gestão estratégica do Programa, destacando a conclusão da revisão intercalar, a informação remetida aos membros do CA, a conclusão da Avaliação da Operacionalização do PAT 2030 e a contratualização da Avaliação da Implementação do Roteiro para a Capacitação.

Referiu a evolução positiva em matéria de *dashboards* que o Sistema de Informação do PT 2030 disponibiliza às autoridades de gestão. Trata-se de dimensão em melhoria no Programa dada a sua relevância para a toma de decisões operacionais e estratégicas.

Objetivo: Promover a Boa Execução e o cumprimento dos Objetivos e Metas do Programa

Referiu que o Plano de Atividades 2025 apresenta um grau de execução de 73%, valor que traduz não apenas o cumprimento formal das atividades, mas uma execução com estabilidade, previsibilidade e capacidade de antecipação, diferente da realidade observada em fases anteriores do Programa.

Salientou ainda como realizações até ao momento e acumulado a 10 de outubro:

- A publicação em 2025 de 8 Avisos para Apresentação de Candidaturas e o encerramento de 6 operações;
- A melhoria dos prazos de decisão, quer em matéria de análise de candidaturas quer de pedidos de pagamento;

- O conjunto de 11 estudos temáticos recentemente aprovados, que reforcem o conhecimento e uma maior eficácia da aplicação dos Fundos Europeus;
- Cumprimento superado da meta N+3 e um dos níveis mais elevados de taxa de execução do PT 2030;
- O cumprimento, em termos globais, das metas físicas de realização do Programa, não obstante a necessidade de revisão de algumas metas, a promover em 2026.

Referiu a importância que o Programa dedica ao cumprimento da qualidade das intervenções e das realizações das operações cofinanciadas, vindo a reforçar as ações de acompanhamento.

Objetivo: Consolidar os Sistemas de Gestão e Controlo do Programa

Partilhou algumas das atividades desenvolvidas no âmbito do quarto objetivo operacional do Programa, destacando o exercício em curso de autoavaliação da implementação do SGC, a realização de ações de capacitação interna de sensibilização e de prevenção de irregularidades e difusão de boas práticas, e a realização de ações de controlo interno, como mecanismo preventivo de garantia da robustez do Sistema de Gestão e Controlo do Programa.

Partilhou, ainda, o trabalho em curso de reflexão interna para o ciclo de gestão 2026, já incorporando conclusões preliminares da Avaliação da Operacionalização.

Objetivo: Reforçar as Competências Internas e Valorizar a Cultura Organizacional

No âmbito do quinto objetivo do Programa, central num Programa que tem vivenciado importantes oscilações na sua Equipa, referiu a implementação muito positiva do Plano de Formação e elencou um conjunto de ações de partilha de conhecimento e de integração em redes nacionais e internacionais.

A vogal concluiu a sua apresentação com a identificação de atividades em curso e que ainda se irão concretizar até ao final do ano, como seja a participação do PAT 2030 na 2.ª Mostra dos Fundos Europeus, com stand próprio, a elaboração do Plano de Atividades e QUAR 2026, a publicação de 2 Avisos para apresentação de candidaturas (apoio a summer/winter schools 2026 e à Autoridade de Auditoria) e a realização da reunião de arranque da Avaliação intercalar da implementação do Roteiro para a Capacitação do Ecossistemas dos Fundos da Política de Coesão para o período de 2021-2027.

Concluída a apresentação, a Comissão Europeia, através da Ana Estrela, solicitou um pedido de pormenorização relativamente aos indicadores de realização, referindo que, na perspetiva da Comissão, as metas definidas poderiam aparentar estar aquém do potencial, solicitando exemplos concretos das ações consideradas, nomeadamente:

- Ações de informação;
- Ações de divulgação;
- Publicações efetuadas.

Conceição Moreno esclareceu que este indicador agrega todas as ações de informação e publicitação realizadas no âmbito das operações apoiadas pelo PAT, existindo uma preocupação transversal em garantir esta dimensão:

- Nas operações da AD&C;
- Nos estudos financiados;
- Nas *Summer School*;
- Em todos os Avisos, onde é obrigatória a realização de ações de divulgação pública;
- Nos estudos, que incluem frequentemente momentos intercalares de partilha, seminários de recolha de contributos e sessões de apresentação de conclusões.

Referiu que este indicador reflete, assim, o conjunto dessa atividade, disponibilizando-se para enviar posteriormente o detalhe desagregado dessas ações.

Ana Estrela questionou ainda se este indicador incluía não apenas ações externas (como a Mostra dos Fundos), mas também ações de divulgação internas ao Ecosistema dos Fundos e impactos das operações apoiadas.

Conceição Moreno confirmou que todas essas dimensões estão refletidas no indicador.

Ana Estrela colocou uma segunda questão, referindo que os estudos e avaliações produzidos foram destacados como indicadores possivelmente a rever, questionando se o mesmo se aplicaria aos encontros e seminários realizados.

Nuno Magalhães esclareceu que, também neste caso, se trata de um indicador que carece de revisão, na medida em que existe uma diferença entre o que está atualmente executado e o que se encontra contratualizado.

Explicou que, para efeitos deste indicador, estão a ser considerados sobretudo grandes eventos, momentos de publicação e divulgação dos projetos, não refletindo ainda a totalidade das iniciativas realizadas, pelo que será necessária uma revisão metodológica do indicador.

Não existindo mais questões e pedidos de informação, a Presidente passou para o ponto seguinte.

Ponto 3 – Operações Estratégicas do PAT 2030

A Presidente enquadrou este ponto salientando que o PAT 2030 integra um conjunto de Operações de Importância Estratégica e Operações de elevada dimensão financeira que assumem um papel estruturante no funcionamento do Ecosistema dos Fundos.

Passou a palavra à Vogal, Conceição Moreno, para detalhar o ponto de situação.

A Vogal começou por referir que estas operações não devem ser vistas de forma isolada, mas como um conjunto coerente de instrumentos que sustentam o modelo de governação, capacitação e funcionamento técnico do Portugal 2030 (ver PPT em anexo).

Sublinhou que, nesta fase do período de programação, já é possível observar efeitos concretos e mensuráveis destas operações no modo como o sistema funciona.

Assim, apresentou um ponto de situação sobre cada uma das 2 OIE (Academia dos Fundos e Mostra dos Fundos) e 3 Operações de Custo Total superior a 10 M€ (Sistema de Gestão e Controlo, Funções transversais de Coordenação técnica global do PT 2030 e Sistemas de Informação do PT 2030).

Não havendo questões e questões e pedidos de informação, a Presidente passou para o ponto seguinte.

PONTO 4 – Roteiro para a Capacitação dos Fundos Europeus

A Presidente passou a palavra a Mafalda Ferreira, Coordenadora do Núcleo de Políticas e Regulamentos Europeus, responsável pela monitorização e coordenação da implementação do Roteiro para a Capacitação dos Fundos Europeus.

Mafalda Ferreira começou por enquadrar o Roteiro para a Capacitação não apenas como um conjunto de ações formativas, mas como um instrumento estruturante de reforço do ecossistema dos Fundos, que tem vindo a ganhar uma relevância crescente à medida que o período de programação avança.

Apresentou a implementação do Roteiro e referiu que, em 2025, foi possível consolidar uma lógica de atuação que ultrapassa a realização pontual de ações de formação, passando a existir uma dinâmica contínua de capacitação, articulada com:

- As necessidades identificadas pelas Autoridades de Gestão e Organismos Intermédios;
- As prioridades emergentes a nível europeu;
- A partilha de conhecimento entre entidades do sistema.

Destacou a participação ativa da equipa em várias iniciativas promovidas pela Comissão Europeia, designadamente *webinars* temáticos, newsletters especializadas e o Festival das Comunidades em Bruxelas, sublinhando que esta participação permite trazer para o contexto nacional boas práticas europeias e conteúdos atualizados, que são depois integrados nas ações do Roteiro.

Sublinhou que uma das virtudes do Roteiro como documento estratégico e orientador é abordar a capacitação de uma forma estruturada e esta passou a ser vista como um pilar fundamental para o bom funcionamento do sistema, permitindo:

- Reduzir assimetrias de conhecimento entre entidades;
- Antecipar dificuldades técnicas em matérias novas;
- Criar redes informais de partilha entre profissionais do ecossistema;
- Aumentar a segurança técnica na aplicação das regras.

Referiu que muitas das ações desenvolvidas no âmbito do Roteiro — como as *Summer School*, *Winter School*, redes temáticas, seminários e momentos de partilha associados a estudos — têm vindo a demonstrar um impacto prático muito relevante, pela sua elevada adesão, permitindo que as equipas técnicas se sintam mais preparadas para lidar com domínios complexos e emergentes, como clima, energia, auxílios de Estado ou simplificação.

Sublinhou ainda a importância da apropriação e da articulação estreita entre a Agência, as Autoridades de Gestão, os Organismos Intermédios e os Beneficiários, referindo que a implementação do Roteiro é um espaço comum de aprendizagem e alinhamento técnico.

No final da apresentação, Ana Estrela (Comissão Europeia) colocou uma questão relativa à forma como o Roteiro para a Capacitação está a ser operacionalizado na prática e apropriado pelas diferentes entidades do ecossistema dos Fundos. A questão incidiu, em particular, sobre a forma como as necessidades de capacitação são identificadas e traduzidas em ações concretas, e de que modo é assegurada a ligação entre as prioridades identificadas a nível europeu e as ações desenvolvidas no contexto nacional.

Mafalda Ferreira esclareceu que o funcionamento do Roteiro assenta numa lógica dinâmica e contínua, não sendo um plano fechado, mas antes um instrumento que vai sendo ajustado em função:

- Das necessidades identificadas pelas Autoridades de Gestão e Organismos Intermédios;
- Das matérias que suscitem maior número de dúvidas técnicas no terreno;
- Das prioridades emergentes identificadas nas iniciativas promovidas pela Comissão Europeia;
- Dos resultados obtidos nas ações já realizadas.

Referiu que existe uma monitorização permanente e são identificadas áreas com mais dificuldades técnicas, sendo essas matérias integradas nas ações do Roteiro, quer sob a forma de seminários, quer de escolas temáticas, quer de momentos de partilha associados a estudos.

Sublinhou ainda que a participação em iniciativas europeias permite trazer conteúdos atualizados e boas práticas que são depois adaptados à realidade nacional, garantindo alinhamento entre o contexto europeu e a aplicação prática no terreno.

Concluídas as apresentações previstas na Ordem de Trabalhos, a Presidente abriu espaço às intervenções dos membros do CA.

Marta Albuquerque (EMPIS / Portugal Inovação Social 2030) começou por felicitar a evolução verificada ao nível da comunicação do Programa e dos instrumentos de gestão apresentados, referindo que essa evolução é perceptível para quem está no terreno.

Destacou a participação ativa da sua equipa nas iniciativas promovidas no âmbito da Academia dos Fundos, nomeadamente nas *Summer School* e *Winter School*, referindo que estas ações têm tido um impacto muito relevante na preparação técnica das equipas.

Sublinhou que estas iniciativas permitem não apenas adquirir conhecimento, mas também criar redes de contacto entre profissionais do sistema, o que facilita a resolução de questões práticas no dia a dia.

Colocou, no entanto, a questão da possibilidade de alargar o acesso a estas ações de capacitação a um conjunto mais vasto de intervenientes do ecossistema, designadamente:

- Organismos Intermédios;
- Beneficiários;
- Parceiros institucionais.

Sugeriu ainda a possibilidade de estes atores poderem ter acesso mais direto à plataforma do Roteiro, de forma a beneficiar dos conteúdos e materiais disponibilizados.

Luís Filipe (Centro 2030) agradeceu o trabalho desenvolvido e referiu que, do ponto de vista técnico, é muito evidente a evolução verificada na capacitação das equipas dos Programas do PT 2030.

Destacou particularmente a formação em áreas que anteriormente geravam maior insegurança técnica, como clima e energia, referindo que estas ações permitiram às equipas ganhar maior confiança na aplicação das regras e na análise das operações.

Salientou ainda o papel das redes temáticas, seminários e momentos de partilha promovidos no âmbito do Roteiro, que contribuem para clarificar matérias complexas e reduzir dúvidas que anteriormente eram frequentes.

A sua intervenção constituiu um testemunho concreto do impacto prático das ações de capacitação no funcionamento diário das equipas técnicas.

Joana Ferreira (Associação Nacional de Municípios Portugueses) referiu que muitos dos temas abordados no âmbito das ações de capacitação são também objeto de discussão noutros fóruns, sublinhando a importância da continuidade, coerência e articulação destas iniciativas.

Salientou que a existência destes espaços de partilha contribui para um melhor alinhamento entre as diferentes entidades do sistema.

Ana Rita Caçador (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal) interveio no seguimento da apresentação do Roteiro, reforçando a ideia de que a capacitação promovida no âmbito do PAT 2030 tem tido um impacto muito concreto no funcionamento das equipas.

Referiu que as ações desenvolvidas, nomeadamente no âmbito das escolas temáticas, seminários e momentos de partilha associados aos estudos, têm permitido às equipas técnicas lidar com matérias novas e complexas com maior segurança, destacando que muitas dessas matérias não tinham, em períodos anteriores, espaços estruturados de discussão e esclarecimento.

Sublinhou que o valor destas iniciativas não reside apenas no conteúdo técnico transmitido, mas também na possibilidade de partilha de experiências entre entidades, que permite antecipar problemas, conhecer abordagens diferentes e encontrar soluções mais rapidamente.

Referiu ainda que este tipo de capacitação contribui para reduzir incertezas na aplicação das regras e para aumentar a consistência das decisões tomadas pelas diferentes entidades do sistema.

Encerramento

No ponto “Outros Assuntos”, a Presidente retomou alguns dos aspetos transversais que marcaram a reunião, sublinhando que o momento atual do PAT 2030 é particularmente relevante, por conjugar:

- Uma fase de estabilidade e consolidação operacional do Programa;
- A conclusão da Avaliação da Operacionalização, cujas conclusões começam já a ser incorporadas na reflexão interna;
- O arranque da Avaliação da Implementação do Plano de Ação do Roteiro para a Capacitação, evidenciando a preocupação contínua com a melhoria do funcionamento do ecossistema dos Fundos.

Reforçou que estas avaliações não devem ser entendidas como exercícios formais, mas como instrumentos efetivos de gestão e melhoria contínua, que permitirão ajustar o Programa às necessidades reais do sistema.

Agradeceu as intervenções dos membros do CA, salientando que os contributos apresentados — nomeadamente os exemplos concretos trazidos para a discussão — são fundamentais para validar, na prática, o impacto das ações desenvolvidas pelo PAT.

Reiterou a importância da partilha de informação junto das respetivas organizações representadas no CA, reforçando o papel destes membros como elementos de ligação ao restante ecossistema.

Por fim, renovou o convite para a Sessão Pública de apresentação das conclusões da Avaliação da Operacionalização, a realizar de seguida e a participação na Mostra dos Fundos Europeus e na Cerimónia de Entrega dos Prémios, em dezembro.

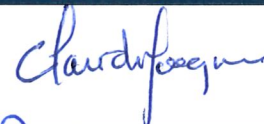
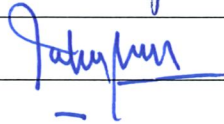
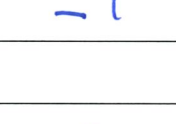
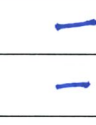
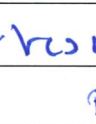
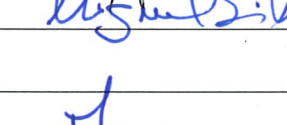
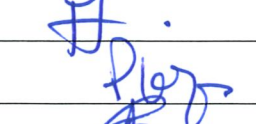
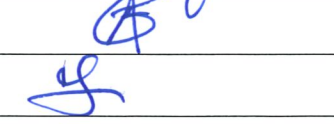
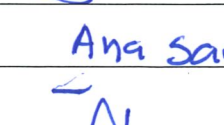
Pelas 16h15, a Presidente deu por encerrada a sessão.

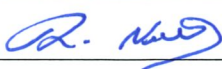
5º COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO DO PAT2030

(COIMBRA 17.OUTUBRO.2025)

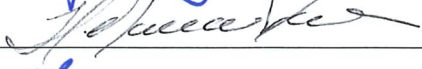
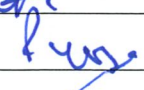
Lista de Presenças

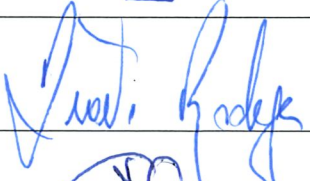
Membros efetivos com direito a voto

Entidade	Nome	Assinatura
PAT2030	Cláudia Joaquim Presidente do CD	
Orgão de Coordenação Técnica	Patrícia Borges	
Autoridade de Certificação	Elisabete Quintas	
PlanAPP	Ana Sofia Figueiredo	
GPEARl	José Carlos Azevedo	
APA	Inês Andrade	
INA	Vasco Mendes	
ARTE	Paula Carvalho	
ANI	José Antão	
ANQEP	Miguel Silva	
IEFP	Helena Batista	
EMPIS	Marta Albuquerque	
CCDR Norte	Paula Lopes	
CCDR Centro	Alexandra Gomes	
CCDRLVT	Joaquina Sim Sim	
CCDR Alentejo	Ana Santos	
CCDR Algarve	Josiane Martins	
IDR, IP-RAM	Donato Gouveia	

Entidade	Nome	Assinatura
DRPFE - RAA	Rui Neves	
ANMP	Joana Ferreira	
ANAFRE	Jorge Veloso	
CES - APDP	João Filipe Raposo	-
CES - CGTP-IN	Sónia Costa	-
CES - CCP	Ana Rita Caçador	
DGPJ	Sílvia Boto	
INR	Fernanda Sousa	
CIG	Luis Evangelista	-
AIMA	Joaquim Estrela	

Observadores sem direito a voto

Entidade	Nome	Assinatura
Inspeção Geral de Finanças	António Ferreira dos Santos	
Comissão Europeia	Caroline Callens	
Comissão Europeia	Ana Estrela	
Pessoas 2030	Paulo Rafael	
Compete 2030	Henrique Figueiredo	
Sustentável 2030	Cristina Rentroia	
NORTE 2030	Paula Lopes	
CENTRO2030	Luís Filipe	
LISBOA2030	Joaquina Sim Sim	
ALENTEJO 2030	Ana Santos	
ALGARVE 2030	Josiane Martins	
MADEIRA2030	Donato Gouveia	

Entidade	Nome	Assinatura
AÇORES2030	Rui Neves	
MAR 2030	Dina Ferreira	
PAT2030 Vogal não Executivo	Duarte Rodrigues	
PAT2030 Vogal Executiva	Conceição Moreno	
PAT2030 Secretário Técnico UGN	Nuno Magalhães	
AD&C	Mafalda Ferreira	
AD&C	Rui Antunes	

(*) Dupla Representação